

## VIOLÊNCIA DE GÊNERO NÃO ESCOLHE CARGO: AS JORNALISTAS CHEFES E O ASSÉDIO NO TRABALHO<sup>1</sup>

Janaina Lopes de Amorim<sup>i</sup>  
Thaís Bueno<sup>ii</sup>

**Resumo:** Este artigo trata do assédio sexual e moral contra as jornalistas que ocupam cargos de chefia nas redações de Imperatriz, a segunda maior cidade do Maranhão, região Amazônica do Brasil. O objetivo é verificar como esse crime atinge mulheres em cargos de comando e os impactos disso na rotina jornalística. Para isso, foi escolhida uma abordagem qualitativa, ancorada em entrevistas em profundidade (DUARTE, 2006) com as profissionais da grande imprensa regional. Já a interpretação de dados foi fundamentada na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). O estudo recorreu a autoras como Roseli Figaro (2018), Heleieth Saffioti (2011), Guacira Louro (1997), Judith Butler (2003) e Helena Hirata (1995) para entender a relação entre gênero, violência e como se constroem as divisões sexuais dos papéis sociais no mundo do trabalho. Já a interseção de raça buscou dialogar com autoras como Lelia Gonzalez (1984) e Maria Lugones (2014). Por fim, esta pesquisa mostra que, mesmo galgando espaços de destaque, as mulheres são assediadas, indicando a importância de se investigar as violências de gênero no jornalismo. Desvela também que as questões de raça impactam de modo diferentes as mulheres negras chefes, ratificando a objetificação dos corpos negros.

**Palavras-chave:** Jornalistas. Mulheres. Chefia. Assédio. Região Amazônica.

### LA VIOLENCIA DE GÉNERO NO ELIGE UN TRABAJO: JEFE DE PERIODISTAS Y ACOSO LABORAL

**Resumen:** Este artículo trata sobre el acoso sexual y moral contra las periodistas que ocupan cargos de jefatura en las redacciones de Imperatriz, la segunda ciudad más grande de Maranhão, región amazónica de Brasil. El objetivo es verificar cómo este delito afecta a las mujeres en cargos de mando y los impactos de ello en la rutina periodística. Para ello, se eligió un enfoque cualitativo, basado en entrevistas en profundidad (DUARTE, 2006) con profesionales de la gran prensa regional. La interpretación de los datos se basó en el Análisis de Contenido (BARDIN, 2011). El estudio recurrió a autoras como Roseli Figaro (2018), Heleieth Saffioti (2011), Guacira Louro (1997), Judith Butler (2003) y Helena Hirata (1995) para entender la relación entre género, violencia y cómo se construyen las divisiones sexuales de los roles sociales en el mundo del trabajo. La intersección de raza buscó dialogar con autoras como Lelia Gonzalez (1984) y Maria Lugones (2014). Finalmente, esta investigación muestra que, incluso alcanzando espacios destacados, las mujeres son acosadas, lo que indica la importancia de investigar las violencias de género en el periodismo. También revela que las cuestiones de raza impactan de manera diferente a las jefas negras, ratificando la objetificación de los cuerpos negros.

**Palabras clave:** Periodistas. Mujer. Liderazgo. Acoso. Región Amazónica.

### GENDER VIOLENCE DOESN'T CHOOSE A JOB: CHIEF JOURNALISTS AND HARASSMENT AT WORK

**Abstract:** This article deals with sexual and moral harassment against female journalists in leadership positions in newsrooms in Imperatriz, the second largest city in Maranhão, in the Amazon region of Brazil. The objective is to verify how this crime affects women in leadership positions and its impacts on journalistic routine. For this, a qualitative approach was chosen, anchored in in-depth interviews (DUARTE, 2006) with professionals from the regional mainstream media. Data interpretation was based on Content Analysis (BARDIN,

<sup>1</sup> Este artigo tem apoio de agências de fomento por meio de pesquisa financiada pelo Edital Universal do CNPq (CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 e Capes (Finance Cod 0001).



2011). The study drew on authors such as Roseli Figaro (2018), Heleieth Saffioti (2011), Guacira Louro (1997), Judith Butler (2003) and Helena Hirata (1995) to understand the relationship between gender, violence and how sexual divisions of social roles are constructed in the world of work. The intersection of race sought to dialogue with authors such as Lelia Gonzalez (1984) and Maria Lugones (2014). Finally, this research shows that even when reaching prominent positions, women are harassed, indicating the importance of investigating gender violence in journalism. It also reveals that race issues impact black female leaders differently, ratifying the objectification of black bodies.

**Keywords:** Journalists. Women. Leadership. Harassment. Amazon region.

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as mulheres dedicam 21,4 horas semanais ao trabalho doméstico contra 11 horas dos homens, sendo a desigualdade mais acentuada para as negras e nordestinas. Uma diferença que impacta diretamente na carreira profissional, já que o tempo extra não representa investimento na ação remunerada e nem em qualificação (IBGE, 2020). Ocupar cargos importantes na carreira também é um degrau difícil de ser alcançado por elas. Segundo o IBGE (2020), 62,6% dos homens estão nas colocações de gestão nas empresas. As mulheres, por outro lado, ocupam 37,4% delas, apesar da melhor qualificação, já que 29,7% delas frequentaram o Ensino Superior – 8% a mais que eles. Quando falamos de dados relativos à raça, as gestoras negras e pardas são 4% e as brancas são 2,8%. Número pequeno se considerarmos que 55,3 % são mulheres brasileiras são negras ou pardas.

No jornalismo, a realidade se assemelha. Levantamentos realizados em várias partes do país, como Brasília, São Paulo, Curitiba, entre outras cidades, mostram que elas convivem com diversas violências de gênero, como o assédio moral e sexual (ABRAJI, 2017; BUENO, 2018; PORTELA, 2018; MORAES, 2018), ratificando a diversidade de assimetrias enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho.

De acordo com pesquisa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI, 2017), sobre a ocupação de cargos de chefia (editoras), as mulheres que chefiam as redações são maioria – 49,5%. No entanto, 53,4% das interlocutoras acreditam que há mais oportunidades de progressão na carreira para os homens. E isso pode ser notado pela postura que elas se sentem instigadas a adotar para conseguir chegar nesses cargos. Conforme estudo de Moraes (2018), elas acabam adotando um perfil masculinizado, e ainda assim, são amplamente criticadas com diversos rótulos, entre eles “durona” e “estressada”. Além disso, mostra a pesquisa, que as mulheres precisam provar a competência frequentemente.

Há ainda as intersecções com raça. As profissionais do jornalismo são, majoritariamente mulheres (58%) e brancas (68%) (UFSC, 2021). O Relatório Perfil Racial da Imprensa Brasileira, embora não foque na questão de gênero, mostra que cargos gerenciais são ocupados predominantemente por brancos – 61,8%, sendo que entre a principal dificuldade de progressão de pessoas negras é a cultura geral da empresa que privilegia brancos, a ocupação de cargos de chefia por brancos e a discriminação pela aparência.

Esses números indicam como a divisão sexual e racial do trabalho, que são construídas de forma histórica e social, atravessam a realidade das jornalistas. Revela que essa construção constitui um teto de vidro para que elas alcancem as posições de destaque e dificulta o desempenho de suas funções quando elas chegam a esses cargos (HIRATA, 1995).

Ainda que este artigo tenha olhado mais pontualmente para as questões de gênero, a partir da fala das sujeitas e das aproximações do campo com os referenciais que debatem o tema, essa intersecção impôs-se. Assim, os resultados se propõem a descrever e analisar essas duas dimensões que se entrelaçam e se reforçam mutuamente na perpetuação das desigualdades e opressões. A análise interseccional permite a identificação de padrões e estruturas sistêmicas de poder que afetam de maneira desproporcional certos grupos marginalizados. Como destaca Maria Lugones (2014), a raça sozinha não determina a configuração da colonialidade do poder; ela é acompanhada por outros atravessamentos, como a de gênero e da heterossexualidade. Neste sentido, ao analisar o assédio apenas através da lente do gênero, correria-se o risco de negligenciar as experiências específicas vivenciadas por pessoas de diferentes raças e etnias. Portanto, ao considerar tanto o gênero quanto a raça em conjunto, é possível obter uma compreensão mais completa das dinâmicas do assédio.

Diante dessa realidade, surgiu essa pesquisa com proposta de entender melhor como se manifesta o assédio praticado contra as chefes nas redações. Para o estudo escolheu-se como recorte a cidade de Imperatriz, a segunda maior no Maranhão. Um município de divisa, que é um polo comercial, econômico e midiático na região conhecida como Bico do Papagaio, congregando cidades do Nordeste e Norte e integrante de uma subárea intitulada Amazônia Legal, composta por nove estados do Brasil pertencentes à bacia Amazônica. O recorte inclui cinco jornalistas chefes de redações, que abrange todas as profissionais nessa posição dos maiores veículos da cidade. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa descritiva e qualitativa,

cujos dados são obtidos por meio de entrevistas. Os resultados são analisados a partir dos preceitos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

## 2. DISCRIMINAÇÕES DE GÊNERO NO JORNALISMO

Pesquisa realizada por Bandeira (2019), que analisou a questão dos estereótipos do trabalho masculino e feminino em jornais do Brasil e Portugal, constatou que a definição de papéis leva as mulheres a ocupar mais certos espaços dentro das redações, como as editorias de fofoca e moda, consideradas de menor prestígio. Silva (2010) também verificou que as matérias de dramas sociais ou pautas menos factuais são direcionadas para as mulheres, o que as distanciam dos espaços de destaques, já que boa parte das manchetes envolvem temas quentes. Esse fato evidencia que o prestígio e o poder decorrem de um processo que está além da competência profissional (VEIGA, 2012) e integra as próprias rotinas já estruturadas.

E os desafios das mulheres no mercado da imprensa alcançam até mesmo as profissionais que conseguem ocupar espaços de mais reconhecimento. Mesmo quando tomam áreas tidas como masculinas no jornalismo, como a editoria de Esportes, ficam longe de funções de maior visibilidade como a de apresentadoras, comentaristas e narradoras – elas são apenas 22,7% (BUENO, 2012). Embora mais recentemente vejamos mudanças, como a escalação de Renata Silveira como primeira mulher a narrar um jogo de Copa do Mundo masculina na TV Globo, isso ainda é uma exceção. De fato, uma iniciativa válida, mas ainda limitada a grandes veículos e que deve demorar bastante a se estender para realidades com menos estrutura e oportunidades, como o jornalismo fora dos grandes grupos.

Para além de toda uma conjuntura que coloca algumas editorias como mais ou menos femininas e a ideia de competência estar associada ao ideário masculino (objetivo, prático e pouco sensível), outra dificuldade para ascender na carreira jornalística, seja no esporte ou em outras editorias, está na necessidade conciliar o tempo a ser dedicado aos cuidados da casa e da família e as longas jornadas de trabalho, que são necessárias para ocupar cargos de destaque (BANDEIRA, 2019). Levantamento atualizado do IBGE (2020) mostrou que mesmo empregada, mulheres acumulam pelo menos oito horas de trabalho a mais que os homens. O número aumenta quando se trata das negras.

Essa realidade é resultado da ideia de inferioridade de raça e gênero pro-

pagada pelos colonizadores na formação do Brasil colonial, que balizou as relações sociais e de trabalho (QUIJANO, 2005), constituída por mão de obra escravizada e com marcas que permanecem até hoje, com reflexos, por exemplo, na baixa ascensão das pessoas negras em postos de destaque no mercado de trabalho.

Importante enfatizar que gênero e raça são categorias inseparáveis, estão entrelaçadas, atravessam e marcam a realidade das mulheres. Ressaltar esse atravessamento, dessas e de outras intersecções, é necessário porque ao longo da história temas como racismo e machismo foram investigados e discutidos de forma independente, relegando às mulheres pretas ao que Grada Kilomba (2019) chama de vazio, de vácuo, de apagamento, que se aplica também a outros grupos, como LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual), indígenas e as diversas minorias sociais.

Lélia Gonzalez (1984) escreve sobre o engendramento dessas categorias mencionando o imaginário social da mulata no Carnaval brasileiro, momento mítico da cultura, em que ela é exaltada. Como pontua a autora, fora desse ambiente de fantasia, no cotidiano a essa mulher é permitido, apenas, o lugar de prestadora de serviços domésticos, que entra pela porta dos fundos e/ou pelo elevador de serviço e é ocultada. Essa lógica é a que estabeleceu espaços considerados naturalmente brancos, que são aqueles de poder e prestígio e se estende para todos os ambientes, inclusive os da imprensa.

Maria de Nazaré Costa da Cruz (2019) ratifica essa constatação e acrescenta que, na historiografia brasileira, às negras escravizadas reduziu-se papéis de trabalho na lavoura, amas de leite, curandeiras ou mulheres de cama, que, na verdade, eram vítimas do estupro. Mais uma vez, naturalizando o espaço destas sujeitas como destinadas ao espaço doméstico.

Vale lembrar que o processo de feminização das profissões, incluindo as do jornalismo, tem como um dos marcos o contexto da industrialização e urbanização, impulsionado pela Revolução Industrial. No século XIX já era possível encontrar uma série de atividades femininas ligadas ao jornalismo. Na época, geralmente, quando mulheres trabalhavam em periódicos, escreviam de casa e eram apenas colaboradoras (CASADEI, 2011). Ou seja, o trabalho das mulheres era visto como secundário. Havia ainda uma ridicularização relacionada à inserção das mulheres sob a prerrogativa de que era impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão

(DUARTE, 2003). Isso não só na Inglaterra, mas também no Brasil.

Essa atitude contrária à presença das mulheres no campo jornalístico é resultado da ação das forças dominantes que tentavam manter o monopólio, nesse caso de poder, contra o novo, que força o direito de entrada (BOURDIEU, 1983) e acaba gerando um impacto por formatar parte da realidade que se vive até hoje. O jornalismo, assim como as demais áreas de atuação social, está inserido nessa sociedade patriarcal e racista e tem se mantido “às custas de um discurso baseado na questão econômica, o qual sustenta o poder familiar e político dos homens” (SANTOS; TEMER, 2018, p. 8), de modo que vai refletir os valores vigentes. Provavelmente, o fato de o jornalismo se configurar como uma atividade intelectual representava mais uma barreira para as mulheres já que a formação colonial brasileira escravagista as afastou dos espaços de educação formal, deixando barreiras profundas vistas até hoje.

A luta por espaço, que de fato significa poder, autoriza a pensar que no jornalismo, assim como em outros espaços de trabalho na comunicação, alguns gêneros podiam e valiam mais que outros no que tange a direitos, oportunidades e reconhecimento. Isso porque os significados são atravessados ou marcados por relações de poder, que resultam em distinções e em hierarquias – classificações que, por sua vez, implicam na noção de diferença. Essas diferenças são atribuídas e nomeadas culturalmente, a partir de uma referência hegemônica: homem, branco e heterossexual. Essa discussão permite afirmar que a inserção das mulheres na imprensa é resultado do contexto, mas também da agência dos sujeitos que insistiram para romper com o padrão de uma época. As tensões geradas e expressas, inicialmente, por meio das críticas nos próprios jornais e, posteriormente, pelas violências simbólicas, como as duplas jornadas, o assédio e outras violências de gênero, que são vividas até hoje, mostram que esse não é um processo tranquilo. São indícios também das características do campo, levando em conta o que Bourdieu (1983) trata das forças de manutenção. Ele aponta que o processo subversivo, neste caso o da inserção das mulheres no jornalismo, permanece dentro de certo limite, de modo que as revoluções são parciais e não colocam em xeque os fundamentos e as crenças sob os quais as relações são estabelecidas.

### **3. ASSÉDIO NO TRABALHO: UMA REVISÃO DA LITERATURA E DAS DEFINIÇÕES**

O assédio sexual não é uma prática exclusiva do jornalismo, tendo em vista a forma como a sociedade é estruturada em questões relacionadas aos gê-

neros. No entanto, devido ao privilégio dado aos homens na rotina organizacional jornalística por meio da hierarquização, da desvalorização e da distinção desigual do trabalho considerado feminino, entende-se que ele absorve e estimula essa violência. Contexto que colabora para que sejam comuns diversas formas de violência de gênero na prática do jornalismo, inclusive as horizontais, que são as praticadas pelos pares (LELO, 2019).

Entendemos aqui assédio sexual como uma investida de cunho sexual não desejada (DIAS, 2008), que afete a dignidade da vítima (ALEMANY, 2009). Engloba ações como conversas, anedotas ou expressões indesejadas sobre sexo, contato físico não desejado, pressão para encontros, exibicionismo (DIAS, 2008), elogios repetidos ou oferecimento de benefícios em troca de favores sexuais (CAMPAGNOLI; MANDALAZZO, 2013). Já o moral é caracterizado pela desqualificação do profissional, por ataques repetitivos e cotidianos, onde a vítima é tratada com rigor excessivo, ameaças e humilhações (SOARES; DUARTE, 2014). Gestos, atos e/ou palavras – proferidas oralmente ou escritas, enviadas por meio de cartas, bilhetes ou canais da internet são possíveis formas de materialização do assédio (CAMPAGNOLI; MANDALAZZO, 2013), que podem acontecer de forma explícita ou não.

Embora uma característica fundamental do assédio seja o constrangimento, existem casos em que a pessoa assediada não se reconhece como vítima devido à naturalização desta violência. Outro ponto importante é que embora seja difundida a ideia de que o assédio, principalmente o de natureza sexual, ocorre após o “não”, nem sempre há condições para essa negativa devido às diversas formas de subalternidade a que a pessoa assediada está submetida.

Estão relacionados a essas violências o abuso hierárquico e a dominação (HIGA, 2016), pois quem o pratica considera o outro um objeto a sua disposição. Assim, essa prática configura-se como um mecanismo de objetificação dos corpos das mulheres, reduzindo-as a itens dos desejos hegemônicos masculinos (MAGALHÃES, 2011).

No âmbito do trabalho, que vai refletir as práticas gerais e a estruturação das desigualdades entre homens e mulheres, também nas organizações de comunicação, o assédio pode ocorrer tanto de forma vertical, quando o agressor ocupa um cargo superior ao da vítima; quanto horizontal, quando é praticado pelos colegas de trabalho (NUNES; REGO, 2011). Segundo Freitas (2001), a forma vertical é a mais corriqueira.

No jornalismo, a rotatividade dos empregados é algo comum e, por isso, o medo da demissão é constante (LELO, 2019). Isso pode ser um agravante no caso do assédio, já que pode reforçar o medo do desemprego. Além disso, principalmente em casos que envolvem fontes, há o risco de deixar de ser pautado ou de não ter acesso ao furo de reportagem, que é imprescindível para o bom desempenho da profissional.

De acordo com Andrade e Assis (2018), a discriminação de gênero no ambiente de trabalho pode ser visualizada em dois pontos hierárquicos fundamentais: primeiramente, pelo entendimento de que o trabalho masculino é mais valorizado do que o feminino; e pela própria separação entre atividades consideradas femininas e masculinas. Acrescenta-se a isso o fato de que as noções de gênero e de corpo são resultados de diversas construções sociais e históricas (BUTLER, 2003). Assim, no caso do assédio, as mulheres são vítimas simplesmente por serem mulheres.

No caso das racializadas, há ainda a questão da hipersexualização. Mais uma vez recorremos à figura da mulata no carnaval brasileiro para situar o lugar da mulher negra na cultura do país, como uma expressão do sexismo em torno dela, que vai produzir efeitos violentos sobre estas sujeitas (GONZALEZ, 1984). Tanto que a maioria das vítimas de assédio sexual são mulheres negras (52%), de acordo com o ThinkEva (2020).

Levantamento realizado pelo Internetlab; INCT.DD; Instituto Vero; DFRLAB; Azmina; Volt Data Lab. Com objetivo de entender como operações de influência entre plataformas são usadas para atacar jornalistas e enfraquecer democracias identificou, em uma análise preliminar, que jornalistas negras recebem conteúdo mais agressivo quando comparado com os jornalistas negros. Segundo a pesquisa, termos racistas foram comumente encontrados direcionados a jornalistas negras, enquanto no caso de jornalistas negros, as mesmas palavras foram usadas para denunciar as ofensas e oferecer apoio.

Estudo realizado em Imperatriz (MA), em 2022, mostra que 46,7% dos profissionais do jornalismo já foram vítimas de racismo que, na maior parte dos casos, foram praticados por fontes ou por colegas de trabalho (QUEIROZ, 2022). Embora a pesquisa não tenha a pretensão de discutir atravessamento de gênero, é um indicativo importante também para as mulheres, considerando que as redações da cidade são compostas em boa parte por elas.

Outro levantamento que engloba todas as redações dos maiores veículos do município mostrou que todas as 19 mulheres ouvidas, que corresponderam a quase totalidade de mulheres jornalistas atuantes nesse meio, já foram vítimas de assédio sexual durante o exercício da profissão ou na circulação da notícia (quando a violência é praticada pelas redes sociais), o que mostra que em vários momentos as jornalistas estão inseguras (AMORIM, 2021).

Agora, este estudo aqui apresentado, visa entender melhor a materialização desta violência contra as chefiadas da cidade.

#### **4. QUEM SÃO ELAS? PERFIL DAS CHEFIADAS DAS REDAÇÕES DE IMPERATRIZ**

Entender o campo empírico da pesquisa é fundamental no processo, uma vez que vai permitir um exame mais amplo dos dados. Neste estudo, essa unidade de contexto é composta pelo levantamento do perfil das jornalistas chefes que atuam em Imperatriz, segunda maior cidade do Maranhão. Com 247.505 habitantes (IBGE, 2010), o município é um dos portais da Amazônia, região “vista como a ‘periferia do Brasil’” (CRUZ, 2019, p. 148 [aspas da autora]), tanto no aspecto econômico, quando no de desenvolvimento intelectual. Dos habitantes da Amazônia, aproximadamente 12 milhões são mulheres, “sendo a classe mais subalterna, dentro de uma região subalterna, dentro de um país subalterno da América Latina” (CHAVES; CESAR, 2019, p. 142).

A cidade conta com seis emissoras de TV, todas com jornais locais; um jornal impresso, este sem mulheres no quadro de funcionários; três sites de notícias e sete rádios (LIMA, 2020). De forma geral, compõe esse mercado 33 jornalistas, destas, 23 são mulheres (AMORIM, 2021). Um indicativo da feminização das redações da cidade, não só no quadro geral, mas também nos cargos de chefia, já que das empresas analisadas, apenas duas não contavam com profissionais do sexo feminino em cargos de gestão. Informação que aponta um contraste positivo da cidade em comparação com o cenário nacional, já que segundo os dados coletados em 2020 pelo *Reuters Institute for the Study of Journalism*<sup>2</sup>, o Brasil (13%) tem uma taxa semelhante ao Quênia (13%), à Coreia do Sul (14%) e ao Japão (17%) no que diz respeito aos jornalistas em cargos de liderança.

---

<sup>2</sup>WOMEN and leadership in the news média 2023: evidence from 12 markets. REUTERS INSTITUTE, 2023.

No geral, as mulheres chefes de Imperatriz ocupam espaços de editorias (três delas) e de chefes de jornalismo (duas delas), todas em situação de subordinação, seja às emissoras cabeça de rede ou a um chefe imediato no próprio veículo, que no geral é do sexo masculino. Apesar dos avanços em termos quantitativos, elas não ocupam as funções do topo, local onde ocorrem as tomadas de decisões. São chefias intermediárias, entendidas como postos nos quais as pessoas organizam o veículo e seu funcionamento, mas não tomam decisões mais delicadas ou estratégicas (BANDEIRA, 2019), como as que envolvem o assédio.

O perfil destas profissionais é composto por mulheres, majoritariamente jovens, não-brancas, com Ensino Superior completo e que recebem até quatro salários.

**Quadro 1 - Perfil das mulheres em posição de chefia.**

<b>Idade</b>				
Até 24	25 a 34	35 a 44	45 ou mais	
0	4	0	1	
<b>Cor</b>				
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
0	1	0	4	0
<b>Escolaridade</b>				
Médio	Superior	Especialista	Mestrado	Doutorado
0	3	2	0	0
<b>Renda</b>				
Até um salário	Até dois	Até três	Até quatro	
0	0	2	3	

**Fonte: Elaborado pelas autoras.**

Há uma particularidade em relação à raça, já que nas redações de Imperatriz as negras em posição de chefia são maioria. Segundo o IBGE (2020), 62,6% dos homens estão nas colocações de gestão nas empresas. As mulheres são 37,4%. Quando falamos de dados relativos à raça, as gestoras negras e pardas são 4% e as brancas são 2,8% (indígenas nem sequer pontuam). Número pequeno, se considerarmos que 55,3 % das mulheres brasileiras são negras. Essa especificidade de Imperatriz pode ser resultado da implementação do curso de jornalismo na Universidade Federal do Maranhão na cidade, que ocorreu em 2005, bem como da política de cotas. Isso considerando que, historicamente, a qualificação profissional superior tem sido uma porta de entrada para mulheres na área. Além disso, há uma relação geográfica.

O Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021) mostra nas redações nacionais, somente 20,1% de jornalistas se autodeclaram/negras/os (13,2% pardas/os e 6,9% pretas/os), no entanto, o levantamento aponta que na região Nordeste está a maior concentração de profissionais negros/as, com 38,89%.

A questão territorial pode também ter sido um fator para a recorrência do assédio, considerando que as mulheres amazônicas, historicamente, foram vítimas das opressões das violações dos forasteiros e dos homens locais explorados. São atingidas por múltiplas violências, possuem seus corpos confundidos com mercadoria ou propriedade por lógicas do capital e patriarcais, além da consequência direta de ocupação colonial que “exaltou” (aspas nossas) o trabalho braçal, desvalorizando ainda mais as atividades consideradas femininas (CHAVES; CESAR, 2019). Assim, a realidade delas é atravessada pela desvalorização de seus trabalhos, por serem não-brancas e pela hiper sexualização de seus corpos.

A ausência de mulheres indígenas é preocupante, principalmente porque Imperatriz é um polo educacional regional, atendendo a municípios vizinhos como Amarante do Maranhão, Montes Altos, Arame e Porto Franco que, segundo o IBGE (2010), estão entre as cidades com maior população indígena no Maranhão. Realidade que, mais uma vez, mostra a marca da colonialidade nas redações locais, que comporta estruturas raciais e étnicas, expressa nestas violências interseccionais: na ausência das mulheres indígenas e na violência de gênero materializada na rotina daquelas que conseguem ocupar esses espaços.

## 5. METODOLOGIA

Uma vez apresentando brevemente o campo, bem como as sujeitas que compõe o recorte deste estudo, cabe mencionar que o artigo tem por objetivo de investigar o assédio sexual e moral contra as jornalistas chefes que atuam em Imperatriz, tendo como recorte três emissoras de TV, sendo elas também transmissoras de rádio e um portal, que possuem mulheres na gestão do jornalismo. Nem os veículos e nem as fontes foram identificadas para garantir o sigilo sobre a identidade das entrevistadas.

A pesquisa tem cunho descritivo e a abordagem é qualitativa, partindo do pressuposto de que essa investigação lida com a subjetividade e está focada em compreender os significados presentes nas ações humanas (MARTINO, 2018). As entrevistas foram realizadas de forma individual e presencial,

entre 22 e 30 de julho de 2019. Optou-se por questões abertas e em profundidade (MARTINO, 2018; LAKATOS, 2003). As respostas foram agrupadas a partir dos seguintes eixos:

- Identificação do assédio: como o assédio era entendido pelas jornalistas em cargos de chefia;
- Autoria: tratou das relações de poder na rotina de redação quando há casos de assédio;
- Identificação dos impactos: quais os efeitos do assédio para a rotina jornalística e para as profissionais;
- Soluções: como os veículos lidam com o assédio e as formas de combate.

Já para a interpretação dos dados, a escolha foi pela Análise de Conteúdo. O benefício dessa ferramenta metodológica é a autonomia da análise e a valorização da subjetividade das sujeitas (BARDIN, 2011; JANIS, 1982; FRANCO, 2005).

## 6. ASSÉDIO CONTRA AS JORNALISTAS CHEFES EM IMPERATRIZ

Todas as profissionais ouvidas nesta pesquisa relataram casos de assédio moral e sexual anteriores à ocupação de cargo de chefia, porém uma parte delas nega ter sido vítima enquanto gestora. No entanto, no decorrer da entrevista, três lembraram de episódios em que sofreram assédio sexual. Em relação ao moral, foram relatadas duas situações. Isso mostra que, embora elas sejam menos assediadas nos cargos mais altos, os casos não se encerram. Parte da razão para a diminuição na frequência tem a ver com a mudança na rotina dessas profissionais, uma vez que quando ocupam a posição de chefia têm menos contato com agentes externos, que são responsáveis por parte significativa dos assédios nas redações de Imperatriz (AMORIM, BUENO, 2020). Por outro lado, o fato de que mesmo ocupando cargos de destaque sejam assediadas ratifica a premissa de que esse tipo de violência tem relação direta com a questão de gênero e que nem mesmo posições de poder impedem que aconteça.

Identificação do assédio: Entre as definições de assédio adotadas pelas entrevistadas estão piadas de cunho sexual (JORNALISTA 1) constrangimento (JORNALISTA 2), intimidação (JORNALISTA 3), menosprezo (JORNALISTA 4) e desrespeito do direito como pessoa (JORNALISTA 5), o que mostra que elas estão atentas e sabem o que é o assédio.

Os relatos mais comuns são envolvendo entrevistas no estúdio, ocasiões em que há contato com as fontes. Em alguns casos, as jornalistas recebem mensagens assediosas pelo WhatsApp, de fontes e colegas de trabalho. Essas recorrências indicam uma nova manifestação do assédio, agora complementada por mídias interativas, que integram as práticas de interação nas organizações, indicando mudanças nos padrões dessa violência.

Ao olhar sobre o impacto das redes sociais na organização das empresas, Romano et al (2013, p.77) pondera que há mudanças do ponto de vista gerencial, “[...] que permite aos gestores compreender como as mídias sociais digitais impactam os processos organizacionais como um todo e, no limite, podem levar à modificação da estrutura da empresa, ainda que inicialmente alterem apenas os processos de comunicação”. Ou seja, as relações interpessoais e as próprias práticas de assédio agora não precisam mais acontecer face a face.

Os casos envolvendo colegas são mais incomuns. As sujeitas acreditam que têm a ver com a hierarquia do cargo. Essa pode ser uma demonstração das relações de poder que atravessam as questões de gênero, uma vez que os “sujeitos são acolhidos ou desprezados conforme as posições que ocupem ou osem experimentar” (LOURO, 1997, p.204). Vale pontuar que essa posição pode incitar a hostilidade, já que outra recorrência nas redações é a do assédio moral, com questionamento sobre a capacidade profissional. A recorrência de práticas discriminatórias contra mulheres jornalistas, mesmo quando são chefes, mostra uma ligação entre a cultura profissional e a sociedade de uma forma mais geral, que tem como base uma construção histórica em que o feminino foi associado ao que menos possui valor social, a passividade, a subordinação e como oposto de sua referência: o masculino (VEIGA, 2012).

Autoria: Já vimos que as mulheres em posição de chefia possuem contato maior com os colegas de trabalho, que devido a hierarquia, adotam um posicionamento de mais respeito. Ainda assim, o assédio praticado por colegas de trabalho acontece, tanto no moral quanto no sexual. Outra característica comum nas duas modalidades dessa violência é que os assediadores são predominantemente do gênero masculino. Somente uma mulher foi apontada como agente e foi no assédio moral. Isso acontece porque, embora seja possível a violência de gênero ser praticada por e contra uma mulher, o mais comum é que ela seja perpetrada pelo homem, tendo em vista a questão cultural falocêntrica (SAFFIOTI, 2011).

Outro assédio que surgiu nas falas foi o praticado pela audiência. De acordo com uma das jornalistas, ela era assediada por um telespectador, que compartilhava as fotos pessoais que ela postava, com repetitivos elogios sobre seu corpo ou aparência. Isso é indicativo de uma maior proximidade do público proporcionada pelas redes sociais, que, por sua vez, tem se configurado como uma nova possibilidade para práticas abusivas, o que é agravado pela ausência, no Brasil, de um dispositivo jurídico de regulação das plataformas.

Embora a relação com a fonte não configure vínculo de trabalho formal, resolvemos considerar porque, além da recorrência, no jornalismo há relações frequentes com esse tipo de figura, que indiretamente pode presumir uma relação de hierarquia e degradar o ambiente de trabalho, chegando, inclusive, a impor risco de demissão (PORTELA, 2018).

O assédio praticado por fontes esteve presente em dois relatos. Esses assediadores são figuras que ocupam lugar de respaldo na sociedade, devido a sua posição ou profissão. Situação que transparece as relações de poder. A atitude assediadora está estruturada nas relações de dominação estabelecidas e por isso os atos são vistos até com reconhecimento (BOURDIEU, 2012).

Impacto: O estudo constatou que as repetidas investidas dos homens levam as mulheres jornalistas de Imperatriz a tomarem diversas atitudes, permitindo o entendimento de que as consequências não são fixas e variam de acordo com a pessoa e o contexto.

Há casos de adoecimento, em que a jornalista teve que recorrer a tratamentos psicológicos, com uso de medicamentos. Em outros, a profissional bloqueou o assediador nas redes sociais e evitava contato. Esses impactos interferem na vida profissional, diretamente na rotina produtiva e, indiretamente, no material disponibilizado ao público, já que um profissional adoecido ou sob pressão pode não produzir com a mesma qualidade. No caso do bloqueio, dependendo da fonte, a jornalista pode deixar de ter acesso a informações importantes.

Essas consequências são reflexos do binarismo nas redações, da hipersexualização e do silenciamento de profissionais vítimas de assédio (LELO, 2019), mantidos “à custa de um discurso baseado na questão econômica, o qual sustenta o poder familiar e político dos homens” (SANTOS;

TEMER, 2018, p. 8).

Soluções: Embora o assédio faça parte da rotina das jornalistas, as empresas não adotam medidas para combatê-lo. Outra contradição é que elas consideram as empresas abertas para tratar do assunto, porém não há denúncias quando são assediadas. Inclusive o silenciamento generalizado surgiu espontaneamente em muitas falas.

Poucas delas tem conhecimento de casos em que houve denúncia formal ou coletiva, seja na empresa ou em outros órgãos. Individualmente, o silenciamento também é comum. A Jornalista 4, afirma preferir ignorar para ter uma “boa convivência” e pelo “medo de ser julgada”. Já a 1, disse que às vezes precisa trabalhar dobrado para provar que está à altura da função ocupada. Isso pode ser um indicativo da própria condição da profissional enquanto mulher, onde mesmo sendo a vítima, ela é questionada ou julgada sobre a violência sofrida e por isso preferem outras posturas ou até mesmo o silenciamento para evitar o confronto.

Esse silenciamento pode estar relacionado ao padrão cultural que legitima os comportamentos de dominação masculina, inclusive os sexuais predatórios, contribuindo para a naturalização dessas violências contra a mulher (FUKUDA, 2012; BOURDIEU, 2012). Comprovam ainda que essas práticas estão arraigados e “estruturados socialmente e contam inclusive com a complacência daqueles que deveriam impedir e punir tais acontecimentos” (FIGARO, 2018, p. 580).

Outro problema é que a ausência de medidas de combate pode colaborar para que apenas as vítimas sejam responsáveis por lidar com o problema, individualizando o gerenciamento do combate, embora os números mostrem que esse a prática de assédio é algo de dimensão ampla e coletiva.

Entre as medidas de cunho mais coletivo que poderiam somar para diminuir a prática dessa violência estão palestras explicando todo contexto que influencia a incidência do assédio, bem como suas consequências, criação de um código de conduta e de ouvidorias, distribuição de informativos (NUNES, TOLFO, 2012).

Ainda em aspecto mais individual, a postura varia. Sobre o assédio moral, uma delas disse sentir a necessidade de provar o tempo todo que têm competência para estarem no cargo. “Tu precisas provar duas vezes que tu dás

conta de fazer aquilo. Primeiro, porque é mais nova e porque é graduada e depois porque é mulher” (JORNALISTA 1, 2019). A respeito do sexual, a mesma jornalista, após receber inúmeras mensagens pelo WhatsApp colocou uma foto junto com o namorado no perfil da rede social e os assédios pararam, porque, na avaliação dela, “homem respeita homem” (JORNALISTA 1, 2019). Segundo ela, as roupas usadas também são calculadas para evitar a violência “não podia marcar, ser curta, ter decote” (JORNALISTA 1, 2019). Medidas que, outra vez, acabam responsabilizando a vítima e que podem se configurar como uma carga mental a mais em suas rotinas.

A Jornalista 1 foi a única que relatou o recebimento de uma queixa de assédio sexual. A vítima chegou pedindo demissão e só depois de muita conversa, houve a admissão de que o motivo era por estar sendo assediada recorrentemente. A medida tomada pela empresa foi a advertência ao assediador. A gestora disse ter vontade de adotar outras posturas, como suspensão com corte do salário. Porém, ao levar o caso para a direção, ocupada por um homem, o problema foi minimizado e eles alegaram não ter condições de suspender o funcionário, diante dos custos com a substituição. Esse caso revela que o direito das mulheres exercerem sua função de forma digna está condicionada a questões monetárias e as lógicas do lucro, mais especificamente. Mostra ainda o quanto as discriminações de gênero se constituem um teto de vidro para a carreira profissional das mulheres, já que a primeira alternativa pensada pela vítima foi a do pedido de demissão.

Outra entrevistada disse que tratava todos os colegas de forma igual, brincava e isso, na concepção dela, passou a ser um problema porque eles interpretavam como abertura para o assédio. Assim, a jornalista passou “a se impor”, aspas dela, depois de ser convidada a sentar nas pernas de um colega. Ela levou o caso às instâncias superiores da empresa, no entanto, no dia seguinte o agressor trabalhou normalmente. Ou seja, mesmo diante das denúncias, as empresas não adotam medidas energéticas, mostrando que não é interesse de fato das empresas em sanar esse problema.

A reação dessas mulheres, por um lado, mostra que grupos dominados também são “capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder” (LOURO, 1997, p. 33). Porém, a forma individual como as vítimas reagem, somada ao silenciamento das empresas e a ausência de denúncia favorece a continuidade do assédio. Essa conjuntura pune de múltiplas formas as jornalistas, que precisam pensar constantemente em modos de evitar o assédio, deslocando a mu-

dança de postura, que deveria ser do assediador, para a vítima.

Todos esses fatores relacionados ao mercado de trabalho no jornalismo, em especial com as chefias, contribuem para a legitimação dos comportamentos violentos dos homens em relação às mulheres, principalmente se levarmos em conta o machismo estrutural presente na sociedade em que “as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens” (SCOTT, 1995, p.77). Consequentemente, essa estruturação salienta as assimetrias, segregações de gênero e raça e limita a autonomia feminina até em relação a seus corpos, levando as mulheres a serem questionadas na intenção de justificar o crime de assédio.

Isso se agrava se pensarmos que há “comportamento institucionalizado” (FUKUDA, 2012, p. 113) em nossa cultura, em que as investidas masculinas de cunho sexual são privilegiadas, mesmo diante da negativa, pois essa conduta, muitas vezes, é vista como parte do jogo da conquista. No jornalismo, é um indicativo da complexificação dos fatores que envolvem a presença das mulheres, com atravessamentos ainda mais complexos para as negras, e que são impeditivos para que as jornalistas tenham autonomia suficiente em suas rotinas produtivas (LELO, 2019).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos veículos mapeados, quatro possuem mulheres em posição de chefia, sendo duas delas como chefe de redação e três como editoras. Apenas duas das empresas incluídas no mapeamento inicial não possuem mulheres em algum gerenciamento no jornalismo. Elas são jovens, com idade entre 24 e 34 anos, se autodeclaram pardas e possuem ensino superior. A maioria dos cargos são de chefia intermediária, onde o poder de decisão final é dos homens, o que remete a questão histórica de divisão sexual e racial do trabalho, em que o trabalho feminino é desprestigiado. Além do territorial, já que este estudo está situado em Imperatriz, na Amazônia brasileira, região historicamente construída as custas do trabalho braçal, sobretudo dos povos negros.

O atravessamento dessas subalternidades pode ser percebido nas redações da cidade, já que apesar de ocuparem espaços de poder, as mulheres, que se consideram pardas, são assediadas tanto moralmente, quanto sexualmente, como um retrato não só da desvalorização de seus trabalhos, mas também da sexualização de seus corpos. Porém, há o aspecto positivo, apesar das desigualdades, elas estão galgando espaços de destaque.

Um fator interessante é que, diferente das jornalistas em outras posições, como a de repórter e produtoras, elas sentem que sofrem menos assédio sexual. Na percepção das entrevistadas, isso se dá devido ao prestígio do cargo. No entanto, outra possibilidade é o menor contato com agentes externos, como as fontes, que estão entre os principais assediadores nas redações de Imperatriz (AMORIM, BUENO, 2020).

Elas se sentem assediadas mais moralmente, principalmente por serem mulheres e jovens. Entre os principais desafios relatados, está o questionamento de suas habilidades e o sentimento de que precisam constantemente provar que possuem competência, numa demonstração que há um comportamento diferenciado pelos marcadores de gênero e raça e reforça a ideia de que os atributos mais valorizados são os masculinos e brancos, o que remete à hierarquização da divisão social e racial do trabalho (VEIGA, 2012; CASADEI, 2011; GONZALEZ, 1984).

Os impactos do assédio mostram um prejuízo para a vítima, que adoce física e mentalmente, para a rotina jornalística uma vez que passam a se esquivar dos assediadores, mudando a relação com os colegas e fontes, postura que pode resultar no não acesso à informação, que, indiretamente, prejudica a qualidade do material disponibilizado ao público.

Outro fator a ser destacado é que elas, mesmo chefes, não sentem autonomia para tomar atitudes mais coletivas para punir ou coibir o assédio. Isso pode ser resultado de estarem no intermeio, e não no topo, da hierarquia da empresa; ou em decorrências das próprias experiências, a exemplo das jornalistas 1 e 4, que embora levassem situações a instâncias superiores, não foram acolhidas e não viram uma atitude da empresa no sentido de punir o assediador, o que expressa que a cultura organizacional favorece a continuidade dessa prática.

Isso indica que as chefes não mudam a realidade porque elas mesmo não se sentem seguras e nem com autonomia para tomar o projeto como luta, até mesmo diante do fato em que o assédio fez parte de toda a trajetória profissional e diante da realidade que, mesmo enquanto chefes, elas também sofrem assédio. São também um indicativo de que os princípios de dominação masculina (BOURDIEU, 2012) perpassam a rotina jornalística. Essa premissa, somado ao fato de que os valores-notícia estão associados à subjetividade do jornalista (VEIGA, 2012), implica em um questionamento: se nas redações há práticas discriminatórias contra as

mulheres, como são veiculadas as notícias que envolvem violência de gênero? Estaríamos reforçando estereótipos e naturalizando a violência em nossas produções? Essas perguntas podem dar origem a outros estudos, pois indicam possíveis desdobramentos do tema, reafirmando que este trabalho não é, nem pretende ser, estanque. Embora esse não tenha sido o foco deste estudo, são questões que apontam para importância das pesquisas de gênero no jornalismo, entendendo que esse é um campo que (re)produz parâmetros sociais e diante da necessidade de romper com os ciclos de discriminação para que as diferenças não sejam mais sinônimos de desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRAJI; GÊNERO E NÚMERO. **Mulheres no jornalismo Brasileiro**. Relatório, 2017.

ALEMANY, Carme. Assédio Sexual. In: HIRATA, Helena [et al.] (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009

AMORIM, Janaina Lopes de; BUENO, Thaisa Bueno; CARVALHO, Michelly. Assédio nas plataformas digitais: estudo das relações de trabalho das jornalistas no MA. **Revista Esferas**, Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste, nº 20, Maio de 2020.

AMORIM, Janaina Lopes de. **O corpo está no contrato? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz, 2021.

ANDRADE, Cristiane Batista; ASSIS, Simone Gonçalves. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. 2018.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. **Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BUENO, Noemi Corrêa. **A (in)visibilidade das mulheres em programas esportivos de TV: um estudo de casos no Brasil e em Portugal**". A tese

(doutorado em Comunicação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru, SP, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Pierre Kühner. - 11° ed. - Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CASADEI, Elisa Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista ALTERJOR**. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 02– Volume 01. Edição 03 – Janeiro-Junho de 2011.

CAMPAGNOLI, Adriana de Fatima Pilatti Ferreira; MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. Sexo e poder nas relações de emprego: uma breve análise sobre o assédio sexual. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 2, n. 16, p. 148-158, mar. 2013.

CARNEIRO, Thaynara Leite Freitas. **A identidade profissional dos jovens jornalistas de Imperatriz**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Maranhão, 2020.

CHAVES; Fabiana Nogueira; CESAR, Maria Rita de Assis. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia Brasileira. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138 – 156, jan./jun. 2019.

CRUZ, Maria de Nazaré Costa da. A trajetória de vida de mulheres negras em instâncias de poder na Amazônia Paraense (1995-2015). **Revista Gênero na Amazônia**, 2019.

DUARTE, Bento Herculano; SOARES, Fernanda de Carvalho. O assédio moral no ordenamento jurídico brasileiro. **R. Fórum Trabalhista – RFT**. Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 21-47, mar./abr. 2014.

DIAS, I. Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. **Sociologia, Problemas e Práticas**. 2008.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. **Sociologia, Problemas e Práticas**. 2008.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. v. 41 . n. 2. Abr./Jun. 2001.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional**. SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018.

FUKUDA, R. F. Assédio Sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero. **Revista Simbiótica** - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais - ES – Brasil.

GESTÃO KAIRÓS. **Diversidade, Representatividade e Percepção Censo Multissetorial da Gestão Kairós 2022**.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. p. 223-244.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? **Revista direito GV**. São Paulo. v. 12 n. 2. Mai-ago, 2016.

HIRATA, Helena. Divisão — relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995.

HJARVARD, Stig. **A mediatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

HJARVARD, Stig. Mediatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, Vol. 5, núm.2, 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**.

IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2020.

INSTITUTO CORDA - Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX. **Perfil Racial da Imprensa Brasileira**, 2021.

INTERNETLAB; INCT.DD; INSTITUTO VERO; DFRLAB; AZMINA; VOLT DATA LAB. **Como operações de influência entre plataformas são usadas para atacar jornalistas e enfraquecer democracias?** São Paulo, 2022.

JANIS, I. L. 1982 [1949]. **O problema da validação da análise de conteúdo**.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LAKATOS, Marina de Andrade Marconi. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol.27. Nº.2, Florianópolis, 2019.

LEITE, Taís de Souza. Cultura do estupro: jornais online e a reprodução da culpabilização da vítima em Rondônia. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero11 & 13th Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017.

LIMA, Lorena Lacerda. **WhatsApp Na Rotina Produtiva Do Interior: Um Estudo A Partir Das Perspectivas Dos Jornalistas De Imperatriz (MA) E Araguaína (TO)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Maranhão, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 320, setembro-dezembro/2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2018.

MORAES, Ana Maria. **Feminização do Jornalismo e desigualdades de gênero no exercício da profissão em Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2018.

MAGALHÃES, Maria José. Assédio sexual: um problema de direitos humanos das mulheres. In: Sani, A. I. **Temas de Vitimologia: Realidades Emergentes na Vitimação e Respostas Sociais**. Coimbra: Editora Almedina, 2011.

NUNES, Thiago Soares; TOLFO, Suzana da Rosa. Prevenção e desenvolvimento de uma política anti-assédio moral no trabalho. **XXXVI Encontro do ANPAD**. Rio de Janeiro, 2012

NUNES, Maria Terezinha; REGO, Andrea de Castro Souza. **Assédio Moral e Sexual**. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Senado Federal, 2011.

PORTELA, Monique Ryba. **Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Paraná, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROMANO, Fernanda Martins, et al. O impacto das mídias sociais digitais na comunicação Organizacional das empresas. **Future Studies Research Journal**, São Paulo, v.6, n.1, p. 53 – 82, Jan./Jun. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, 2011.

SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **C&S – São Bernardo do Campo**, v. 38, n. 3, p. 35-58, set./dez. 2016.

SEIXAS, Lia. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. **Galáxia**. São Paulo (online), n. 25, p. 165-179, jun. 2013.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOARES, Fernanda de Carvalho; DUARTE, Bento Herculano. O assédio moral no ordenamento jurídico brasileiro. **R. Fórum Trabalhista – RFT**, Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 21-47, mar./abr. 2014.

SCOTT, Judith. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

THINK EVA. **Ciclo do assédio sexual no ambiente de trabalho**, 2020.

TUCHMAN, Gaye. La objetividad como ritual estratégico: un análisis de las nociones de objetividad de los periodistas. **CIC. Cuadernos De Información Y Comunicación**, (4), 199.1998.

UFSC/FENAJ. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho: síntese dos principais resultados. Florianópolis: UFSC/FENAJ, 2012.

VEIGA, Márcia. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 9, n.2, 2012.

QUEIROZ, Welbert de Sousa. **A Pele que Habito**: A construção da identidade profissional dos jornalistas negros em Imperatriz - MA. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, 2022.

---

<sup>i</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA-Campus Imperatriz). Jornalista pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0003-1190-2547>

**E-mail:** jannaina.amorim@gmail.com

<sup>ii</sup> Professora adjunta de Jornalismo na pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Campus Imperatriz). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Comunicação) na mesma instituição. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e mestra em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Jornalista pela mesma instituição.

**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-7048-3920>

**E-mail:** thaisabu@gmail.com

**Artigo recebido em: 21 mar. 2023. | Artigo aprovado em: 30 maio 2023**